

IPC-r acaba em janeiro

Está decidido. O governo ataca a indexação da economia em janeiro. Conforme antecipou o **Correio Braziliense** em sua edição de quinta-feira, foram definidas as extinções da Ufir, do IPC-r e mais alterações na TR.

A decisão foi tomada em reunião do ministro da Fazenda Ciro Gomes com sua equipe, quinta-feira passada. A equipe já trabalha de olho no Brasil de 1995.

Essas intenções serão apresentadas aos presidentes Itamar Franco e, depois, ao eleito, Fernando Henrique Cardoso. Caso este queira algo de Itamar, solicitará a ele.

• Influente membro da equipe de Ciro informou que, caso Itamar decida não propor as alterações este ano, Cardoso vai fazê-lo no início de seu governo. Elas são consideradas urgentes.

• Uma medida provisória vai extinguir o Índice de Preços ao Consumidor real e outra, a Unidade Fiscal de Referência. A TR pode deixar de indexar os rendimentos

da caderneta de poupança.

Salário — O assessor especial do Ministério da Fazenda, Edmar Bacha, e o presidente do BNDES, Pêrsio Arida, não admitem a hipótese de correção salarial ampla pelo IPC-r em janeiro.

Nesse caso, todos os trabalhadores teriam seu poder aquisitivo elevado de uma só vez, aumentando o dinheiro em circulação no mercado e o consumo. Seria um golpe no Plano Real.

De acordo com essa teoria, quem teve data base em setembro, receberia, em janeiro, o IPC-r, dos quatro meses seguintes.

Isso não ocorrerá, se depender da Fazenda. O IPC-r será extinto e reposto, somado à variação de outro índice para 1995, pactuado entre patrões e empregados.

Um exemplo pode ser dado para trabalhador com data-base em outubro. Ele receberia o IPC-r, de novembro e dezembro de 1995, mais o INPC, ou IGP-M, ou outro índice, de janeiro a outubro de 1995 (SS).

*A TR pode
deixar de
indexar os
rendimentos
da poupança*